

---

## TRABALHO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CAMPO: OS *POVOS CERRADEIROS* NA LUTA POR UM TERRITÓRIO LIVRE\*

### TRABAJO Y DINÁMICAS TERRITORIALES EN EL CAMPO: LOS “*PUEBLOS CERRADEIROS*” EN LA LUCHA POR UN TERRITORIO LIVRE<sup>1</sup>

Marcelo Rodrigues Mendonça<sup>2</sup>

Antonio Thomaz Júnior<sup>3</sup>

**Resumo:** As transformações espaciais decorrentes da reestruturação produtiva do capital promoveram uma efervescência política no campo brasileiro, agudizando as contradições e redefinindo a gestão societária do capital e do trabalho. Nesse contexto, a luta dos movimentos sociais pela terra significa a possibilidade de milhares de famílias desterritorializadas se reterritorializarem através da Reforma Agrária. O capital cria novas formas de controle social, mas as alterações no conteúdo das classes sociais, forjadas no enfrentamento entre o capital e o trabalho, implicam em novas (re)arrumações espaciais, produto-produtor da *contradição viva* e, portanto, condição potencial para a emancipação social. Os camponeses e *trabalhadores da terra*, ao perderem as condições de existência no campo, buscam reconquistá-las se deslocando para as áreas de fronteira agrícola e/ou intensificam a ocupação de terras, mediante organização e mobilização de movimentos sociais, possibilitando a diversos trabalhadores enxergarem, no retorno a terra, o resgate da *dignidade roubada* ou jamais conquistada. Isso implica repensar o conceito de classe trabalhadora e a relação que os estudiosos e os movimentos sociais possuem com as denominadas *populações tradicionais*, numa interface classe x cultura, o que requer mais estudos e pesquisas. Neste artigo compreende-se esses sujeitos a partir da ação política construída na defesa dos *territórios de vida*, reafirmando a noção de classe trabalhadora ampliada, conforme constata as pesquisas concluídas e em consecução no CEGeT/UNESP/Presidente Prudente e no GETeM/UFG/Campus Catalão.

**Palavras-chave:** camponeses e *trabalhadores da terra*; classe trabalhadora; unicidade orgânica do trabalho; *Povos Cerradeiros*.

**Resumen:** Las transformaciones espaciales decurrentes de la reestructuración productiva del capital, promovieran una efervescencia política en el campo brasileño, agudizando las contradicciones y

---

\* Este artigo é parte das reflexões que realizamos na tese de doutorado, defendida em setembro de 2004, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente e sob a orientação do Professor Antonio Thomaz Júnior. Nossa decisão de publicá-lo após sete anos de elaboração as tese deveu-se à intenção de recolocar em discussão questões ainda tão caras para os pesquisadores quando se trata de identificar os sujeitos históricos que constroem novas dinâmicas territoriais por meio das lutas e conflitos contidos no ambiente da estrutura de poder em torno da reforma agrária, e do modelo agroexportador, no Brasil.

<sup>2</sup> Professor dos Cursos Graduação e de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás/Catalão; Pesquisador PQ/CNPq; Coordenador do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG/CNPq. Diretor da AGB – Seção Catalão. E-mail: [ufgmendonca@gmail.com](mailto:ufgmendonca@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador PQ/CNPq; autor de “Geografia passo-a-passo”, 2005; “Por trás dos canaviais os nós da cana”, de 2002; Organizador da coleção “Geografia e Trabalho no Século XXI” (Volumes 1, 2 3, 4, 5 e 6). Coordenador do CEGeT; do CEMOSi; e Observatório do Trabalho István Mészáros” (OTIM) < [www.fct.unesp.br/ceget](http://www.fct.unesp.br/ceget) >; E-mail: [thomazjrgeo@terra.com.br](mailto:thomazjrgeo@terra.com.br)

redefinindo a gestão societária do capital e do trabalho. Neste contexto, a luta dos movimentos sociais pela terra significa a possibilidade de milhares de famílias desterritorializadas se reterritorializarem através da Reforma Agrária. O capital cria novas formas de controle social, mas as alterações no conteúdo das classes sociais, forjadas no enfrentamento do capital e do trabalho, implicam em novas (re)organizações espaciais, produto-produção da *contradição viva* e, por isso, condição potencial para a emancipação social. Os camponeses e *trabalhadores da terra* ao perderem as condições de existência no campo, buscam reconquistá-las ao se deslocarem para as áreas de fronteira agrícola e/o intensificam a ocupação das terras, mediante a organização e a mobilização dos movimentos sociais, possibilitando a diversos trabalhadores perceberem, no retorno à terra, o resgate da *dignidade roubada* ou jamais conquistada. Isso implica repensar o conceito de classe trabalhadora e a relação que os estudiosos e os movimentos sociais possuem com as denominadas populações tradicionais, em uma interface classe x cultura, o que requer mais estudos e investigações. Neste artigo se compreende que esses sujeitos a partir da ação política construída na defesa dos *territórios de vida*, reafirmando a noção de classe trabalhadora ampliada, conforme constata as investigações concluídas e em consecução em CEGeT/UNESP/Presidente Prudente e no GETeM/UFG/Campus Catalão.

**Palavras-chave:** camponeses e *trabalhadores da terra*; classe trabalhadora; unicidade orgânica do trabalho; *Pueblos Cerradeiros*.

## INTRODUÇÃO

Pouquíssimos títulos de propriedade de terra, se investigados, se revelariam livres de mácula, no longo processo de conquista, roubo, intriga política, favoritismo palaciano, extorsão e poder do dinheiro que caracteriza a ocupação da terra no Brasil. Persiste uma ilusão profunda de que o tempo confere a esses processos de aquisição a absolvição ou uma inocência que retiram a crueldade das etapas subsequentes desses modos desiguais de apropriação da terra.

Williams (1989, p.74) nos diz que: “[...] Toda vez que nos deparamos com relatos detalhados das atividades dos proprietários de terras, sejam velhos ou novos, seus atos se enquadram bem na qualificação feita por um historiador moderno: uma gente impiedosa”. As *antigas famílias* mencionadas com tanto sentimentalismo na história dos lugares, denominadas pioneiras, normalmente são apenas aquelas que, pressionando e explorando seus vizinhos e trabalhadores, consolidaram há mais tempo o uso injusto da terra.

A conformação espacial do campesinato brasileiro, historicamente, ocorreu em meio à produção capitalista, portanto vem ocupando espaços nas áreas dessa produção a partir do embate diário pela existência. O campesinato nasceu e criou-se, assim, da expropriação, da mobilidade espacial e das migrações. A desterritorialização vivenciada pelos camponeses e *trabalhadores da terra*<sup>4</sup> vem se intensificando

---

<sup>4</sup> Para Mendonça (2004, p. 29), “[...] são aqueles que exercem o labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc., que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, em situação de *desfiliação social*, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital”.

com a crescente tecnificação na agricultura moderna, na medida em que o sentido do trabalho rural se modifica.

Assim, cresce a mobilidade do campesinato, seja para o trabalho urbano-industrial seja para novas áreas da fronteira agrícola que vai se estendendo para novas atividades produtivas no campo e os trabalhadores que não conseguem se reterritorializar buscam nos movimentos sociais que lutam pela terra a alternativa para a sobrevivência.

Segundo Thomaz Junior (1996, p. 221), “[...] o fenômeno das migrações nada mais é do que migração para o capital, o que nos permite perceber mais de perto a dimensão da ampliação territorial do circuito do mercado de trabalho agrícola [...]”. Na medida em que as terras camponesas são incorporadas ao circuito produtivo para a produção de mercadorias, os trabalhadores são forçados a migrar para áreas mais distantes, e logo chega também, a produção capitalista. Foi assim que consubstanciou-se a recente fronteira agrícola das áreas de Cerrado e das bordas da Amazônia. Os camponeses, diferentemente dos produtores capitalistas, praticam uma *agricultura da abundância*<sup>5</sup>. Desterritorializados, quando reterritorializados, reconstróem *identidades na terra*, sem vínculos diretos com o mercado, visando a reprodução social da família.

Desde a organização espacial no Brasil Colônia, os camponeses e trabalhadores livres viviam nos arredores da economia capitalista açucareira produzindo alimentos, inclusive para os engenhos, constituindo *identidades camponesas* a partir do vínculo com a terra para a manutenção da vida. Ainda nos dias atuais, a produção de gêneros alimentícios nas unidades camponesas tem possibilitado ao capital a redução de custos, devido à oferta de alimentos baratos para os trabalhadores e à transferência de renda ao capital – sujeição da renda da terra – apropriada na circulação das mercadorias. Mas, apesar dessa importância do campesinato que, ao cumprir sua função social, permite o desenvolvimento econômico, os *trabalhadores da terra* sempre foram marginalizados do ponto de vista das políticas agrárias e agrícolas brasileiras.

---

<sup>5</sup> Termo utilizado para caracterizar as famílias camponesas que se dedicam a produção de bens essenciais a existência. Na maioria das vezes ocorre a produção de excedentes que são comercializados nas feiras locais/regionais. A abundância baseia-se nas informações dos camponeses investigados que alegam ter como prioridade a mesa farta, o paiol cheio, porcos no chiqueiro, leite e derivados etc., não desconsiderando, pois, que a maior parte dos famintos do planeta são camponeses e suas famílias, como constatam os dados recentemente divulgados pela ONU. Na inexistência de um termo mais adequado para caracterizar esse quadro, visto que agricultura de subsistência não consegue abarcar a importância das atividades exercidas e o objetivo social dos camponeses, optou-se por utilizá-lo. Ainda que com riscos, a denominação de “agricultura da abundância” é coerente quando consideramos que para as famílias camponesas é motivo de orgulho produzir os alimentos que consomem, denotando o que estamos construindo como agricultura de autoconsumo, talvez o termo mais adequado e que está sendo motivo de outras pesquisas.

## A CONSTITUIÇÃO DOS CAMPONESES EM SUJEITOS POLÍTICOS...

Prado Júnior (1981) conceitua os camponeses como aqueles trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, ocupando a terra a títulos diferentes (proprietários, arrendatários, parceiros), exercem a sua atividade por conta própria. Camponeses são os trabalhadores rurais em geral que possuem uma atividade produtiva ligada diretamente a terra, independentemente da relação social de trabalho. Entre estes trabalhadores Cândido (1979) reconhece os que têm essa condição de forma permanente e os que têm de forma transitória. Possheiro e agregado são transitórios, pois não possuem títulos legais e podem ser expulsos a qualquer momento da terra. Mas, o posseiro possui um argumento moral para na terra permanecer, de certa forma, mais bem aceito pela sociedade, diferentemente do agregado que ali permanece pela “generosidade” do proprietário da terra e, por isso, não poderia “traí-lo” requerendo a posse definitiva da terra. Na medida em que se enraíza na terra é que o agregado passa a ter o direito de posse, daí o receio dos proprietários rurais em permitir que os agregados ficassem por longo tempo residindo em suas terras.

Williams (1989) prefere não utilizar o termo campesinato quando se refere aos trabalhadores rurais, pois há inúmeras e diferentes situações e relações sociais de produção que, tendo novos conteúdos, dificultam a generalização das diversas categorias de *trabalhadores vinculados a terra* em campesinato, permitindo o consorciamento de diversas modalidades de trabalho. “[...] Essas pessoas eram proprietárias, arrendatárias, comerciantes, artesãos e trabalhadores, e essa estrutura social [...] é radicalmente diferente, quanto a sua variedade, suas nuances e muitas de suas atitudes humanas básicas, da estrutura de um campesinato. (WILLIAMS, 1989, p. 273).

Ao se pensar a classe trabalhadora no campo na contemporaneidade e mais especificamente a partir da territorialização das empresas rurais nas áreas de Cerrado é pertinente observar que é necessário considerar os camponeses como classe trabalhadora, mesmo porque na área pesquisada, Sul Goiano, são protagonistas da mais expressiva e importante ação política contra o capital. Embora esse movimento de luta pela terra possa parecer um tanto quanto contraditório, pois os camponeses lutam pela terra e, assim, buscam assegurar a propriedade privada dela, há que se lembrar da natureza da propriedade camponesa, de reprodução social da família, diferente da propriedade capitalista, que visa na espoliação do homem e da natureza a acumulação.

Dessa forma, se, de um lado, a propriedade individual da terra principalmente em grande quantidade pode advir de interesses rentistas e/ou similares, de outro, no processo de apropriação da terra para a reprodução da vida o conteúdo das lutas e as relações sociais empreendidas nega o capital e ocasiona o surgimento de diversas categorias de trabalhadores que desejam a terra e, assim, iniciam entre si um gradativo movimento de diálogo em torno da reivindicação comum a todos eles: a terra. O novo é que na construção da *(Re)Existência*<sup>6</sup> a ação política empreendida contém elementos indagadores da ordem societal e, assim, podem possibilitar a emancipação social.

Fabrini (2002) considera o um agente que possui a sua própria história e que atua por dentro das relações capitalistas, sem, no entanto, submeter-se às imposições universalizantes do mercado e de suas formas de apreender o mundo, se metamorfoseando para assegurar a posse da terra.

[...] a subordinação do camponês às relações capitalistas na circulação da produção; a base familiar da organização produtiva e, sobretudo, o seu potencial e capacidade de luta e resistência à imposição de modelos de organização social externos ao seu modo de vida. Essa é nossa compreensão de campesinato. (FABRINI, 2002, p. 24).

Thomaz Júnior (1996, 2003) visa *desvelar* a partir da compreensão dos rebatimentos da reestruturação produtiva do capital no trabalho, novos elementos na relação campo-cidade que, potencializados, podem não só alavancar a luta pela terra e pela Reforma Agrária, mas também, ser condição para a emancipação social. Esses novos elementos não estão apenas na ação política, mas, sobretudo, nos rearranjos espaciais. A reestruturação produtiva do capital ocasionou novas conformações sociais para o trabalho. A “classe trabalhadora” está mais ampla, porém, diversa e plural e, a cada dia, mais pauperizada e espoliada pelas forças do capital. Isso redundando na *contradição viva*, não exatamente a partir da luta entre burgueses e proletários, mas, da luta entre aqueles que possuem os meios de produção e a maioria absoluta que possui apenas a força de trabalho e, ainda assim, não encontra as condições adequadas para vendê-la.

---

<sup>6</sup> Pelá; Mendonça (2010, p. 54) compreendem a *(Re)Existência* “[...] enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos sócio-culturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar *(Re)Existindo*”.

Na literatura que investigamos e da que mais nos aproximamos teoricamente [...] não há sustentação para a presença dos trabalhadores sem terra ou pequenos camponeses no arco da definição de classe trabalhadora. Nossa insistência deve-se ao fato de que há um significado político e histórico em nossa avaliação que em nada atropela teoricamente a formulação desses autores, ao contrário, complementa e adiciona alguns elementos que esperamos ser agregadores de novos sentidos com vistas a recolocar em debate a identidade de classe, a unificação orgânica do trabalho, para além da fragmentação cidade-campo e, portanto, sugerir a imprescindibilidade do debate de um tema tão distante dos eventos nas áreas das ciências humanas e sociais, particularmente da Geografia. (THOMAZ JÚNIOR, 2003b, p. 06).

Por um lado, diversos elementos que são (re)construídos e (re)inventados como forma de assegurar a permanência da produção camponesa são aglutinadores dos camponeses à classe trabalhadora e, assim, fortalecem-na. Por outro, é possível perceber a tentativa de uniformizar as formas de uso e exploração da terra, hegemônicas pelas empresas rurais. Contudo, a ação política construída pelos *trabalhadores da terra* e camponeses na defesa da *terra de trabalho*, as formas de *(Re)Existência* desses sujeitos sociais, os aproxima de outros trabalhadores porque o trabalho cada vez mais precarizado e fragmentado, apesar das investidas do capital, é levado a enxergar as contradições que vivencia.

Tudo isso nos estimula a pensar que há um tensionamento favorável ao rompimento das fronteiras intelectuais e políticas, que só nos mantinham distantes da classe trabalhadora, particularmente, no Brasil. Retratam essa situação os diversos casos de trabalhadores que se inserem em diferentes atividades laborativas num mesmo ano fiscal, mudando dessa para aquela categoria sindical ou enquadramento funcional, tal como de camponês a proletário/formal e/ou informal e vice-versa. Isso tem importância teórica e prática para o mundo do trabalho.

Se não é possível, para alguns, *enquadrar* os camponeses na classe trabalhadora, por não ter havido *feudalismo* no Brasil, eles não formam uma classe à parte, que não pode ser entendida no âmbito do trabalho, da classe trabalhadora.

Há que se considerar que ocorreu um processo histórico de exclusão dos camponeses do debate político no Brasil. A influência do marxismo soviético (*marxismo oficial*) sobre parcela dos estudiosos ocidentais até meados da década de 1950 não permitiu compreender os camponeses como sujeitos de sua própria história e que possuíam características peculiares no processo de constituição das ações políticas. Outra questão não menos relevante era o debate clássico acerca do papel do campesinato no processo revolucionário, hegemônico pela concepção de que a expansão das relações capitalistas no campo, por si só, solucionaria o problema, diante da tese da

diferenciação social do campesinato, proposta por V. Lênin. Mas, essa tese sucumbiu diante da multiplicidade de conflitos de caráter revolucionário que contaram com a presença maciça dos camponeses e da sua resistência no âmbito da modernidade capitalista.

Amin e Vergopoulos (1986) destacam a existência de especificidades nas relações capitalistas. Para eles a análise apenas a partir da mercadoria não permite compreendê-las, sem o que, a discussão é uniformizada e se empobrece, não possibilitando enxergar as diferenças existentes no interior do capitalismo, dentre elas, a renda da terra e o campesinato. A renda da terra foi entendida por Marx como um equivalente de mercadoria na análise da questão agrária e da interpretação dos camponeses, portanto, parte constitutiva do processo de extração da mais valia. Ao se transformar em mercadoria a partir do momento em que é colocada para produzir, a terra apresenta a especificidade no capitalismo.

Considerando-se que há, gradativamente, a padronização das relações sociais de produção e interpretando-se o campo a partir do referencial urbano-industrial, o campesinato tenderia a desaparecer, na medida em que a sociedade urbana e industrial se universalizasse. Nessa forma de produção de mercadorias, a partir da teoria do valor, não haveria lugar para os camponeses. A “leitura” racionalizada a partir da concepção de mercadoria uniformiza as relações sociais de produção e nega qualquer possibilidade de se poder apontar diferenciações e/ou de se reconhecer as múltiplas formas de produzir que, embora subsumidas ao capital em graus distintos, apresentam singularidades históricas e geográficas. “A teoria da racionalidade da mercadoria denuncia a irracionalidade do campesinato. A partir da racionalidade da mercadoria e da economia política, o campesinato foi considerado de fora do modo de produção capitalista”. (FABRINI, 2002, p. 33).

A ideologia do trabalho fabril está impregnada em nossas interpretações e análises, o que nos faz esquecer de que o trabalho acumulado é resultado da incorporação do trabalho vivo, que se dá nos campos e nas cidades. A vinculação do trabalho vivo às condições de realização do valor em algumas análises marxistas ortodoxas leva a uma linearidade indexada majoritariamente ao “crescimento econômico”. Esse equívoco se dava por se partir do princípio do desenvolvimento desigual e combinado e da luta de classes para compreender a existência do campesinato e se excluir qualquer possibilidade de diferença, não se reconhecendo as múltiplas práticas sócio-culturais como elementos relevantes na análise da questão agrária e do papel sócio-político dos camponeses.

As concepções clássicas do campesinato não perceberam a ação política transformadora desses sujeitos sociais, que ia sendo gradativamente construída na medida em que eles iam sendo expropriados dos meios de produção e, portanto, das suas condições de existência. A participação dos camponeses no processo revolucionário durante o século XX não pode ser secundarizada, sob o risco de se estar apreendendo a realidade apenas por meio de “visões europeizantes” e, assim, não se perceber a multiplicidade de sujeitos e formas de uso da terra, espalhadas pelos territórios mundiais. As revoluções socialistas na China e em Cuba são emblemáticas das ações políticas do campesinato.

Marx e Engels (1998) denunciam as atrocidades provocadas pelo capitalismo e a necessidade de os trabalhadores se organizarem para superá-lo. Mas, a argumentação desenvolvida na discussão da relação campo-cidade promoveu a cidade como o *berço civilizatório* em contraposição à *idiotia rural*. Assim, os trabalhadores urbanos também seriam mais “racionalis” e, devido à natureza das ações políticas empreendidas, os diferentes sujeitos sociais e políticos da classe trabalhadora foram separados e/ou hierarquizados.

Williams (1989) chama a atenção para a falsa ideia de que, atualmente, a agricultura, a economia rural e/ou o trabalho agrícola não são mais importantes. Diz que até aceitou essa ideia por algum tempo, mas se sentia muito incomodado e, assim, resolveu buscar nas origens dessa tese, a argumentação para elaborar a contraposição. Constatou que essa visão era uma construção dos países imperialistas urbanos e industrializados, pois esses países objetivavam uma padronização a partir das realidades vivenciadas, sem considerar a imensidão de experiências dos povos espalhados pela superfície terrestre, agora, submetidos aos ditames da economia de mercado.

Desde a famosa frase chinesa a respeito da revolução mundial, o “campo cercava as cidades”, *os trabalhadores da terra* vêm sendo uma das principais forças revolucionárias. O que dizer da Revolta de Chiapas, da mobilização dos indígenas na América Andina e, principalmente, dos movimentos sociais que lutam pela terra no Brasil, com destaque para o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Esses argumentos colocam em debate a posição de parcela dos “marxistas ortodoxos” que se recusaram a pensar o papel do campesinato na construção de uma nova sociedade, pois que ele estava fadado à extinção na medida em que o capitalismo avançasse e se territorializasse no campo. Aqui podemos fazer referência aos autores influenciados pelos *pecebistas*, destacando-se Alberto Passos Guimarães.

O campesinato, em função do sentimento de propriedade, seria um entrave ao processo revolucionário e para a construção do socialismo. Mesmo os camponeses pobres, aqueles mais

próximos da proletarização não eram “bons sujeitos”; por isso deveriam se constituir noutros sujeitos (operários agrícolas, trabalhadores assalariados etc.). Só deixando de existir enquanto camponeses teriam lugar no socialismo, na medida em que o processo revolucionário fosse gestado e dirigido pelo operariado, ou seja, pelos trabalhadores assalariados. Se, para fazer dos camponeses “agentes da revolução”, era necessário constituir para eles uma consciência de classe operária, isso significaria para eles a negação de si mesmos.

A histórica “incapacidade” dos camponeses de construir o novo e de lutar contra os opressores não foi compreendida pela maioria dos teóricos da revolução. Os camponeses eram vistos como incapazes de construir o socialismo. Atualmente, contrariando as teses mais ortodoxas, os camponeses e *trabalhadores da terra* com suas ações políticas estão mostrando que a luta por uma outra sociedade passa, necessariamente, pela “releitura/reinterpretação” da classe trabalhadora e pela conjunção das ações políticas inovadoras que possam recusar a fragmentação do trabalho imposta pelo capital, avançando rumo à unificação orgânica do trabalho.

### **CAMPONESES: NA LUTA PELA EXISTÊNCIA A NEGAÇÃO DO CAPITAL**

A questão não é saber quem é mais revolucionário, mas compreender que, para ser satisfeita a necessidade histórica de superação do capitalismo e de construção de uma nova sociedade, há que se considerar as diferenças dos vários sujeitos, agentes desse processo, e entendê-las enquanto potencialidades. Essas diferenças não podem servir para “quebrar” as ações revolucionárias. Também que tenhamos clareza de que os *achismos* e pré-conceitos sobre os *sujeitos tradicionais* apenas contribuem para a derrota de todos os trabalhadores. Insiste-se que a classe trabalhadora, agora ampliada, pode se agregar a partir das diferenças, e deve-se, chegar à unidade na ação política – a unicidade orgânica dos trabalhadores – na luta contra o capital. (THOMAZ JUNIOR, 2003b).

“Começamos a ver que os poderes ativos do capital, concentrados nas mãos de uma minoria, sob todas as suas formas possíveis, constituem nossos inimigos mais ativos, e que será necessário não apenas persuadi-los, mas também derrotá-los e ultrapassá-los.” (WILLIAMS, 1989, p. 403). Eis o desafio para os movimentos sociais e, principalmente, para os movimentos sindicais com cariz revolucionária: criar novas formas de manifestar o desespero e o protesto de milhões de *trabalhadores* que estão sendo expropriados e espoliados. Não é possível pensar uma ação política

transformadora se não se considerar a diversidade de categorias de trabalhadores e as potencialidades latentes que persistem nas ações políticas construídas por eles.

Não apenas os trabalhadores estáveis – aqueles que possuem Carteira de Trabalho e Previdência Social – mas todas as outras categorias de trabalhadores (informais, subempregados, desempregados etc) precisam ser consideradas no processo de superação das formas de exploração do capital. Não importa se esses trabalhadores estão no campo ou na cidade. Isso não tem mais sentido, mesmo porque todos os trabalhadores estão permeados, ainda que de formas diferentes, pela submissão ao processo de exploração do capital globalizante.

Os movimentos sociais e sindicais se revitalizam quando aproximam trabalhadores da cidade e do campo e apontam a perspectiva sócio-histórica de superação daquelas formas espaciais opressoras e excludentes e a construção de novas formas sociais mais justas. É a reação da cidade à antiga desumanidade, da própria cidade e do campo, ou seja, reação às formas de apropriação/acumulação, às relações de mando, à miséria econômica, social e cultural a que foram submetidos milhões de pessoas. É a apropriação das condições objetivas e subjetivas para as pessoas se libertarem das amarras do capital.

Não há dúvida acerca do papel dos camponeses e *trabalhadores da terra* nas revoluções ocorridas no século XX e nos movimentos sociais de maior envergadura na atualidade, como mencionado anteriormente. Assim, diferentemente das avaliações que optaram por considerar o operariado urbano a vanguarda do processo revolucionário, secundarizando as outras categorias de trabalhadores, não ratificamos esse equívoco, pois consideramos os camponeses e os *trabalhadores da terra* como protagonistas dessa processualidade social e política.

Pensar que há outros conteúdos na relação campo-cidade pode parecer estranho ante as ideias contrárias, já tão consolidadas e considerando-se a correlação de forças entre os diversos segmentos acadêmicos, muitos dos quais se enclausuram nos gabinetes e de lá analisam a realidade, para eles estática, mas, evidentemente em constante processo de transformação, agarrando-se em *tábuas de salvação*, “alumando” o caminho para os menos afortunados intelectual e cientificamente.

A clara compreensão da relação campo-cidade é uma das mais importantes formas de adquirirmos consciência da crise da sociedade contemporânea. Para se chegar a essa compreensão é necessário que na discussão das transformações sócio-espaciais sejam considerados os processos intrínsecos de formação sócio-espacial que podem passar despercebidos porque corre-se o risco de ao se tentar compreender as permanências, não se considerar o movimento da história.

Uma pesquisa sem essa cautela pode até promover satisfação emocional ou intelectual, todavia, não atingirá o âmago do problema e/ou da realidade pesquisada. É como se amputássemos a parte mais “feia e dolorosa” da realidade. A natureza específica do capitalismo não está na utilização de máquinas aperfeiçoadas e/ou de técnicas modernas, seja na agricultura seja nas indústrias, mas, no fato de que a propriedade de *tais coisas* está concentrada nas mãos de uma minoria, portanto, a questão fundante é a necessidade de romper as históricas formas sociais centradas na propriedade privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida.

A possibilidade de superação do atual modelo de sociedade está na capacidade de determinação do futuro e na tentativa de dar novo sentido às decisões políticas. Para tanto, há que se apropriar de uma nova consciência, na medida em que o presente não é alvissareiro, mas apresenta as *potencialidades criadoras*, enquanto condições objetivas e subjetivas para animar uma ação política transformadora, agregando diferentes atores políticos, mas, com o cuidado de que a diferença não seja apenas mais um discurso para manter a “normalidade” do metabolismo social do capital.

## **O CAMPO BRASILEIRO: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES**

As recentes pesquisas sobre as transformações espaciais no campo brasileiro apontam para uma revalorização do rural. Mas, muitas interpretações estão limitadas ao paradigma da urbanização, centrando as atenções no campo a partir da cidade. Outras apresentam estudos a partir dos modos de vida, das manifestações sócio-culturais, sem, no entanto, abordar as questões da macropolítica, essenciais para se compreender a agroindustrialização, as relações do trabalho com a tecnologia e seus desdobramentos sociais, ambientais e territoriais.

Conforme Alentejano (2003), não há acordo sobre a revalorização do rural. O autor destaca que sem considerar o modelo de desenvolvimento agropecuário não é possível apontar as condições para a realização de uma Reforma Agrária que vise a superação radical da estrutura fundiária porque os empresários rurais, intelectuais e quem os apoia no Congresso Nacional defendem a revalorização conservadora do rural. Isso pode ser observado através da *modernização do latifúndio* mediante a territorialização das empresas rurais, principalmente nas áreas de Cerrado.

Para esses setores a reforma agrária não traria nenhuma contribuição para a sociedade brasileira, uma vez que a agricultura já se encontraria fortemente modernizada, não fazendo sentido pensar na massificação da pequena produção familiar no campo, mas, sim retomar uma política de apoio à agricultura patronal que amplie ainda mais seu processo de modernização, repetindo a estratégia adotada nos anos 1960/70. A pauta da reivindicação destes setores é clara: liberalização comercial, incentivo às exportações e liberação da produção de organismos geneticamente modificados (transgênicos), consolidando o que seria na versão destes a “nova revolução verde”. (ALENTEJANO, 2003, p. 26).

Mas, a Reforma Agrária é uma questão essencial para milhares de trabalhadores do campo e da cidade que não possuem as mínimas condições de existência, em função das intensas transformações espaciais decorrentes da reestruturação produtiva do capital. A redução de postos de trabalho, as demissões em massa, o crescimento da informalidade, a precarização, a complexificação, a heterogeneização, a superexploração do trabalho e as diversas modalidades de sujeição da renda da terra recolocam a necessidade histórica da Reforma Agrária, não como política compensatória, mas, essencialmente enquanto possibilidade de assegurar condições dignas de vida para milhares de famílias.

Para Silva (1996), há uma nova dinâmica no rural brasileiro, não sendo mais possível pensá-lo a partir das atividades agrícolas. Novas formas de renda, inclusive, a renda previdenciária e de atividades não agrícolas fazem parte do espectro das atividades rurais. Essa situação impõe uma reflexão cuidadosa acerca do campesinato. Esses sujeitos em sua maioria possuem a terra e, paralelamente, vendem a força de trabalho, se tornando trabalhadores assalariados em algumas épocas do ano. Atualmente, a ampliação da infraestrutura e de serviços nas proximidades das áreas urbanas, precisamente as grandes cidades, atraem investimentos e novos moradores, criando novas dinâmicas espaciais nessas áreas. Todavia, sabe-se que esse processo não pode ser generalizado para todo o território brasileiro, o que seria incorrer em grave equívoco de interpretação das transformações espaciais no campo.

Um dos princípios para compreensão da situação do campesinato é a reflexão sobre a apropriação da terra. A pluralidade das atividades agrícolas e não agrícolas no campo não pode fazer esquecer a perspectiva política, historicamente construída pelos camponeses e *trabalhadores da terra*, de luta pela terra e pela Reforma Agrária, bem como seus reflexos mais gerais rumo à emancipação social do conjunto dos trabalhadores.

Pensar a situação do rural brasileiro implica em repensar e afirmar a necessidade da Reforma Agrária enquanto elemento de (re)arrumação espacial nos diversos territórios, o que

significa pensar o *território do presente*, como condição para a vida, apontando outro modelo de desenvolvimento pautado nas necessidades sociais coletivas.

Segundo Bombardi (2003) a modernidade do capital produziu capitalistas latifundiários e latifundiários capitalistas. O agronegócio – bandeira dos ruralistas – não se cansa de clamar pelo fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos e insiste, em pleno século XXI, em não aceitar a Reforma Agrária como caminho, igualmente moderno, para assegurar o direito a terra para aqueles que historicamente lutaram e lutam na defesa da *terra de trabalho*.

Na ciência geográfica, diante desta situação e enquanto produtora de conhecimentos sobre a realidade espacial as questões conceituais necessitam ser aclaradas, pois as perspectivas teóricas e políticas com que se analisa um fato denotam compreensões pré-determinadas da realidade e da ciência geográfica. O debate sobre as transformações sócio-espaciais na Geografia não pode ser mascarado pelas formas societárias impetradas pelo capital, viabilizadas pelo Estado e aplaudidas pelos “empreendedores” capitalistas e seus intelectuais que negam a existência da agricultura camponesa e/ou escamoteiam a reflexão através da denominação de “agricultura familiar”.

Agricultura familiar e agricultura camponesa não são sinônimas. A adoção do conceito de agricultura familiar não permite explicar a emergência dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil e, tampouco, considera o *ethos de campesinidade* que permeia as relações sociais em diversas áreas no país. As políticas públicas, com base no neoliberalismo e mascaradas por termos como “gestão empreendedora”, negam o campesinato e visam transformar os *trabalhadores da terra* em gestores e pequenos empresários, não compreendendo que não se pode alterar pela força e/ou por decreto, a histórica trajetória de *(Re)Existências* desses sujeitos sociais.

Quando se faz a opção pelo uso de trabalhador familiar em substituição a camponês o argumento básico é torná-lo límpido, todavia a forma como vem sendo utilizado produz, em contrapartida, um reducionismo, em função do esforço para trazer estes homens e mulheres para a moderna economia. Logo, neste processo, perde-se a dimensão da terra como conteúdo moral, *terra de trabalho*, e passa-se a trabalhar a partir de uma concepção mercantil da terra. (ALMEIDA, 2003, p. 77).

Almeida (2003) define como modismo, por não haver o necessário aprofundamento teórico-metodológico, a proposta de diversos intelectuais de substituir o conceito de camponês pelo termo agricultor familiar, mais moderno e palatável, inclusive, para as elites que receiam a

“memória de luta” dos camponeses e *trabalhadores da terra*. De fato, ao se adotar a ideia de agricultura familiar promove-se o esquecimento dos conflitos pela apropriação da terra no Brasil. Aparentemente, a Reforma Agrária deixa de ser prioridade e não necessita ser realizada pelo Estado. Mascaram a contradição negando a perspectiva política dos camponeses e dos *trabalhadores da terra*, reforçando os estereótipos construídos pelas elites que não aceitam a reflexão sobre a reforma agrária.

Assim, o que está por detrás da disputa entre o conceito de agricultura camponesa para referir-se ao campesinato e o termo agricultura familiar é a necessidade de negar as ações políticas emancipatórias dos sujeitos sociais camponeses e de fragmentar cada vez mais o trabalho. Ainda, também a perspectiva política de questionamento da estrutura fundiária, portanto, da ordem vigente, pelos movimentos sociais que lutam pela terra, pela reforma agrária e contra o capital.

Os camponeses enquanto classe social estão construindo uma ação política transformadora quando apontam a Reforma Agrária como alternativa para a produção social da existência e contrariam o princípio da lógica capitalista do uso e da exploração da terra. Essa ação é intensificada a partir do momento que se sentem ameaçados pelo capital e que percebem a possibilidade real da perda da terra. A organização dos trabalhadores atingidos por barragens, particularmente em torno do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), devido à concretização da perda da terra, que forçou-os a se mobilizarem na defesa da *terra de trabalho*, levou, no Sudeste Goiano, com destaque para o município de Catalão (GO), a aproximação entre esses camponeses e os trabalhadores urbanos.

A experiência da desumanização da totalidade social do capital diante da perda da terra propicia uma consciência da necessidade da luta contra o capital, empurrando-os para os movimentos sociais, enunciando o embrião da luta anticapitalista. A luta é por terra, para ter as condições de existência, para se recriarem enquanto camponeses. A conquista da terra significa a territorialização de um modo de vida, lugar da morada e do trabalho, parte indivisa do ser camponês.

Assim, a luta contra o capitalismo se efetiva enquanto potencialidade, pois a luta e a construção de ações políticas em favor da Reforma Agrária quando recebe-se e dá-se apoio a outros trabalhadores em suas lutas contra o capital pode ocorrer a passagem da “consciência em si” para a “consciência para si”. Se “a dupla e contraditória situação do campesinato em relação ao processo produtivo – por conta da outra condição, de ser proprietário de terra – gera,

conseqüentemente, uma consciência de classe ambígua [...]” (ALMEIDA, 2003, p. 85), nessas ações políticas e lutas se desfaz essa ambigüidade.

Na medida em que se estabelece o diálogo e a conversação entre as diversas categorias de *trabalhadores da terra* desterritorializados e entre elas e outros trabalhadores a consciência de classe e o *sentido de pertencimento* se expande e seus membros se agregam. Segundo depoimentos de camponeses e outros trabalhadores viver e presenciar a condição de desterritorializado, principalmente dos pauperizados que vivem nas periferias urbanas, os obriga a uma ação política unificada, bem como ao reforço da luta pela terra, por moradia, por melhores salários etc., pois consideram que todos estão “no mesmo barco”, já que o processo de expropriação atinge todos.

### **OS TRABALHADORES DA TERRA E A DINÂMICA DOS POVOS CERRADEIROS<sup>7</sup> POR UM TERRITÓRIO LIVRE**

A pesquisa realizada junto às famílias de camponeses e *trabalhadores da terra* verificou que quando eles vendem a sua força de trabalho, ainda que seja em épocas descontínuas e exercendo atividades não agrícolas, há nexos de relações entre os assalariados e os que ainda não o são; aqueles que são assalariados auxiliam na manutenção daqueles que continuam na terra e até mesmo disponibilizando recursos para as atividades produtivas na terra.

É comum na área de pesquisa alguns parentes (membros da família) trabalharem em atividades não agrícolas – pedreiros e ajudantes da construção civil, operários, serviços precarizados em geral etc. – enviarem recursos para os familiares para a aquisição de produtos essenciais na manutenção das atividades na terra.

Na pesquisa realizada verificou-se que 50% dos camponeses com terra contratam trabalhadores temporários no plantio e na colheita e apenas 15% possuem trabalhadores permanentes. Contudo, a maioria dos trabalhadores contratados são camponeses com terra que estabelecem um intercâmbio nas vizinhanças, expressando a natureza de produtor/trabalhador,

---

<sup>7</sup> [...] compreende-se esses povos (indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores da terra propriamente tradicionais etc.) como aqueles que historicamente viveram e vivem nas áreas de Cerrado, constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais/sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões sócio-culturais. Entretanto, o que os diferencia além da perspectiva de se manterem na terra, constituindo modos de ser e de viver, é a ação política na defesa da *terra de trabalho*, da reforma agrária e da água a partir de diversos elementos, dentre eles a cultura, como determinantes de ações políticas de cariz revolucionária. (MENDONÇA, 2007, p. 27)

vivenciando e levando outros sujeitos do campo e da cidade a também vivenciar situações que podem potencializar a ação conjunta em torno da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

A especificidade camponesa está no fato de os camponeses serem, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, considerando que a sua organização produtiva se baseia numa relação não capitalista e, em muitos casos, consorciada com rendas não agrícolas e o assalariamento. A singularidade existe por esta classe ser a única a ter terra e a força de trabalho amalgamados num só sujeito social. É a posse da terra e a venda da força de trabalho que o permite operar a partir de uma lógica não capitalista baseada no grupo familiar. (ALMEIDA, 2003).

A memória da terra, somada às agruras da vida nas periferias urbanas e/ou nos campos como trabalhadores temporários é um elemento relevante para forjar o sentido de pertencimento à classe trabalhadora; do mesmo modo que trabalhadores já nascidos e criados nas cidades guardam e trazem uma memória da terra que aproxima todos nas ações políticas transformadoras.

As pesquisas realizadas no CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho/UNESP/Presidente Prudente e, especificamente, essa desenvolvida no GETeM – Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/UFG/Campus Catalão, comprovam que parcela significativa dos trabalhadores – 60% dos entrevistados – já possuíram terra, evidenciando o processo de expropriação e a conseqüente desterritorialização vivenciada. Cerca de 90% são *filhos da terra* e 60% dos pais ainda residem no campo. A proletarização e sub-proletarização atingem de forma intensa as novas gerações após a modernização conservadora da agricultura nas áreas de Cerrado. Agora, muitos, sem acesso a terra, a ela retornam como boias-frias e/ou em acampamentos precários, evidenciando que a Reforma agrária é uma necessidade histórica para milhares de trabalhadores brasileiros.

A expropriação a que foram e são submetidos permite que acreditem no sonho de ter a terra a partir da ação política, embora considerem sempre que essa é a última opção. Apesar de 85% dos entrevistados terem respondido que lutariam por um pedaço de terra, dizendo que, se tivessem acesso à terra, poderiam ter uma vida melhor, apenas 55% desses trabalhadores – embora sejam a maioria – responderam serem favoráveis à Reforma Agrária, o que evidencia que há travagens na compreensão da luta pela terra. Dos que lutariam por um pedaço de terra, 50% não entrariam na luta ao lado do MST. Acreditam que esse Movimento apresenta *ações extremistas* e que a luta deve ser pacífica, denotando a assimilação das opiniões das elites, divulgadas pela mídia brasileira que é patrocinada por essas elites.

O intrincado e complexo metabolismo social do capital imprime suas marcas no campo e nas cidades, em todas as dimensões, inclusive propiciando visões estereotipadas, com o objetivo de assegurar o controle social, a partir dos trabalhadores estranhados, mas também de parcela dos pesquisadores que não reconhecem o espaço contraditório das relações sociais capitalistas, construídas cotidianamente.

É importante ressaltar as diferenças existentes quanto ao conteúdo da noção de propriedade privada para os capitalistas (empresários rurais), latifundiários, e para os camponeses. A propriedade privada não efetiva a partir de uma forma única de agir e pensar. É necessário considerar as relações sociais existentes e também a questão da aplicação da força de trabalho, ou seja, o sentido dos usos da terra e do trabalho. Martins (1990) diz que, a partir das diferenças de conteúdo no processo de apropriação da terra, surgem duas modalidades: a *terra de negócio* e a *terra de trabalho*. A incorporação do conceito de formação econômico-social, que retrata a dialética da unidade na diversidade, possibilitou o reconhecimento de um descompasso entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas espacializadas no mesmo território. Mas não é que objetivo desse artigo analisar as diversas interpretações acerca do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Queremos compreender as múltiplas formas de uso e exploração da terra que, combinadas, expressam uma complexificação do território e levam os camponeses e *trabalhadores da terra* a retomarem e reforçarem a luta pela Reforma Agrária.

Em meio à complexificação do território decorrente da reestruturação produtiva do capital no espaço, ressurgem a questão polêmica, de o campesinato ser ou não classe trabalhadora. Thomaz Júnior (2002) afirma que o camponês não pode ser investigado se não enquanto fração da classe trabalhadora. Fabrini (2002, p.36, grifo nosso) destaca que: “A complexa trama da questão e reprodução [do campesinato] como fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete à necessidade de interpretação da sua existência no contexto das lutas de resistência e as manifestações desenvolvidas por eles.” Ao se adotar a concepção de que o camponês é uma fração da classe trabalhadora, embora apresente especificidades nos processos de reprodução social e de extração da mais-valia – expressas na combinação da renda da terra com o trabalho assalariado –, necessariamente há que se discutir parece o papel político desses produtores/trabalhadores na construção de uma nova sociedade.

Ao se compreender o campesinato como uma fração da classe trabalhadora, a estrutura dos movimentos sociais se altera profundamente, mais precisamente no movimento sindical arraigado à fábrica (entendida como o *locus* da produção do valor) e, atualmente, vivenciando sérias

dificuldades para assegurar uma ação política transformadora. A novidade é perceber que as novas formas de controle social do capital sobre o trabalho alteraram a estrutura interna do modo de vida dos camponeses e *trabalhadores da terra*, possibilitando uma articulação do movimento operário com o movimento camponês, a partir do reconhecimento das contradições envoltas no processo de reprodução do capital, denotando um novo conteúdo das relações campo-cidade e, certamente, ações políticas de cariz transformadora.

É urgente e legítima a luta pela terra e por justiça social através da Reforma Agrária. Entretanto, como ela está colocada ela nada mais é do que a reafirmação da propriedade privada e do “eterno retorno”, pois não se pode perder a perspectiva histórica da superação do capitalismo e, portanto, do embate de classes, no qual finalmente poderão ser derrotadas as elites capitalistas e anunciada uma nova sociedade. Atualmente, poucos são os movimentos sociais que colocam como perspectiva a derrota do capitalismo, pois a maior parte deles alimenta equivocadamente a realização apenas de reformas, como se elas pudessem mudar a natureza estrutural da sociedade capitalista.

A Reforma Agrária não se restringe ao universo camponês, ao contrário, é uma luta e será uma conquista de toda a classe trabalhadora que, assim, estará fazendo valer a sua “leitura” de mundo. Assim, será de todos os trabalhadores também a conquista de uma política de crédito rural subsidiada e seletiva para os pequenos produtores rurais familiares envolvidos com a produção de alimentos que também tenha como referencial uma matriz tecnológica poupadora de insumos químicos e que privilegie as forças produtivas sociais, baseada na assistência técnica enquanto uma política pública.

Para tanto, é necessário reposicionar a reforma agrária no debate político nacional, pois o conteúdo da relação campo-cidade se modificou substancialmente. Apenas a velha dicotomia campo, sinônimo de atraso, e cidade, sinônimo de progresso, não serve mais para interpretar o espaço brasileiro. Existem áreas rurais tão ou mais avançadas que os pólos tecnológicos urbanos e, em cidades, existem áreas isoladas e sem qualquer possibilidade de intercâmbio social e cultural.

Os camponeses e os *trabalhadores da terra* ao perderem as condições de existência no campo buscam reconquistá-las se deslocando para as áreas de fronteira agrícola e/ou intensificando a ocupação das terras mediante a organização e a mobilização dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela Reforma Agrária. As alterações no perfil do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva do capital, promovem também o desemprego no

ambiente urbano-industrial e a diminuição na qualidade de vida, possibilitando, em contrapartida, que os trabalhadores enxerguem, no retorno à terra, o resgate da *dignidade roubada*.

Milhares de famílias desterritorializadas do seu *locus* de trabalho e moradia não conseguem sobreviver nas cidades e ingressam nos movimentos sociais, assegurando um novo conteúdo político à Reforma Agrária. Na luta pela terra, enfrentam argumentos de que não possuem esse direito por não terem experiência na lida com a terra. A ironia é que quando seus avós e pais foram expulsos da terra e caminharam em direção às cidades, o argumento de não terem experiência não impediu que se tornassem operários e/ou executassem importantes tarefas assalariadas, conforme as necessidades do capital. Entretanto, quando se organizam para terem o direito à terra são denominados de desqualificados para o labor na terra, como se essa fosse uma condição inerente apenas àqueles que nasceram e foram criados no campo.

A discussão sobre se os trabalhadores urbanos podem compor as fileiras dos movimentos sociais que lutam pela terra não faz mais sentido, como também a de camponeses e de *trabalhadores da terra* não serem classe trabalhadora. Assim, a Reforma Agrária necessita contemplar o maior número de atividades que, diversificadas, sejam atividades agrícolas e não agrícolas, gerem renda e trabalho, empoderamento social, considerando os recursos naturais/sociais existentes e as experiências dos sujeitos.

Há uma combinação de ações associada a outras formas e relações de produção e de trabalho que não são cadenciadas pelas imposições mercadológicas que possibilita a existência do camponês. A potencialização de práticas sociais comunitárias em ações coletivas, conforme a maioria das lideranças investigadas é dificultada porque a totalidade, a uniformização e a hegemonia do modo de produção capitalista, enquanto macropolítica se impõe de forma avassaladora a partir da *mundialização dos lugares* e a existência de sociabilidades distintas fica comprometida e é desvalorizada. Isso leva à necessidade de se compreender os nexos e as mediações da *Existência* desses sujeitos que têm garantido a presença dos camponeses e *trabalhadores da terra* no cenário político e econômico do país.

Há que se refletir mais sobre a *consciência possível* na arregimentação de forças e na organização e mobilização dos trabalhadores da terra e sem terra a se agregarem e ocuparem os latifúndios improdutivos e produtivos. A centralidade da ação está principalmente na reflexão acerca da *função social da terra* e daquilo que é produzido nessa mesma terra, mas também na aplicação da força de trabalho em um meio de produção coletivo, o que garante a apropriação social do produto do trabalho.

Certamente, a vivência de condições de existência degradantes e precárias, nos campos e nas cidades, permite uma consciência do real, isso por si só não habilita a luta, mas é condição para mudar a realidade, sem contar que os sujeitos hegemônicos responsáveis por tal situação, evidentemente contra-atacam. Esse é um dos desafios que ainda precisa ser viabilizado e potencializado pela ação política da classe trabalhadora ampliada através dos sindicatos, partidos, movimentos populares e sociais, mas também pela ação de outras organizações sócio-políticas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: PELA “RECONQUISTA” DO TERRITÓRIO

A crise do Estado promove mudanças no seu papel e, portanto, na sua funcionalidade, surgindo à alternativa reformista denominada *terceira via*. Offe (1998) propõe uma *engenharia política híbrida* que articule o Estado, a comunidade e o mercado, que organizaria uma nova institucionalidade, com o intuito de solucionar os problemas advindos do choque das diversas tendências mundiais, pautadas na competição, na produção de novas tecnologias e nas formas de gestão que facilitam o processo de acumulação. Nessa abordagem, o Estado asseguraria ao mercado uma existência “controlada”.

Santos (1998) diz que é necessário outra institucionalidade, calcada na reforma do Estado e da sociedade civil, que ele denomina *terceiro setor*. Afirma que a construção de uma nova institucionalidade política necessita partir da refundação democrática do Estado. A reestruturação produtiva do capital e sua flexibilização provocaram crises no trabalho que possuem como gênese, portanto, a necessidade de o capital ampliar as suas formas de acumulação, alterando a estrutura produtiva e, sem dúvida, as relações sociais de produção, intensificando a polissemia do trabalho, com ênfase na sua precarização.

Sennett (1999) afirma que a reestruturação e a flexibilização produtivas geram uma corrosão na identidade social dos “novos trabalhadores” desse “novo” processo produtivo. São diversas as teses, como enunciadas acima, que buscam formular alternativas interpretativas e analíticas para se compreender a condição social de milhares de trabalhadores espalhados pelos campos e cidades e o lugar e o papel do trabalho nessa sociedade mundializada.

Embora haja uma preocupação da parte dos autores citados com a centralidade do trabalho e seus significados, há discordâncias entre eles acerca da natureza do trabalho e da sua potência enquanto categoria fundante na construção de ações políticas para a superação da

sociedade do capital (OFFE, 1998) e condição, em uma análise interpretativa, para se compreender a sociedade globalizada.

De fato, ocorre cada vez menos a relação simbiótica entre o trabalhador e o trabalho, que atualmente constitui uma atividade a que momentaneamente se dedica, o que ocasiona a dissociação entre identidade social desse trabalhador e o trabalho, um não pertencimento à classe. Mello (1976), em pesquisa sobre a possibilidade de esses trabalhadores se transformarem em força social por meio de uma práxis transformadora, diz que, nesse momento histórico, não há condições para que os boias-frias ganhem a autonomia necessária à sua manifestação como força social. Essa situação pode ser estendida para diversas frações dos trabalhadores que não se constituem força social por diversos motivos, dentre eles a própria fragmentação do trabalho a que estão submetidos, fortalecendo a (des)identidade do trabalho.

Também temos que considerar que o capital captura as subjetividades para assim “controlar” os trabalhadores e, esses, se resignam, por entenderem que dificilmente encontrariam outra colocação no mercado, mas passam a se ver como “incapazes” de uma ação política concreta, aguardando as ações assistencialistas do Estado – indigência assistida – e a caridade realizada por entidades religiosas e filantrópicas.

A (des)identidade do trabalho é a maior das crises sofridas pelos trabalhadores, considerando que a perda do sentido do pertencimento social, de classe, apesar de criar certa expectativa provisória, não demanda organização e mobilização, pois as categorias de trabalhadores, cada vez mais fragmentadas, ainda são pouco articuladas e, no imaginário social, a sua condição de trabalhador precarizado é passageira e transitória. E também existem outras dificuldades, principalmente para os movimentos sociais, que, na maioria das vezes, não assimilaram as fraturas e as clivagens provocadas pela flexibilização do processo produtivo. (THOMAZ JUNIOR, 2003a).

Cria-se uma condição de instabilidade, de desorganização; uma situação em que não parece haver perspectivas sólidas e positivas. Tanto para os trabalhadores rurais sem-terras, que lutam pela posse da terra, quanto para os camponeses que possuem pequenos pedaços de terra, mas, principalmente para aqueles que exercem o labor na terra, a incerteza da permanência é constante em suas vidas. Isso promove a necessidade de uma *gestão coletiva do território*, pois a ação política orgânica dos trabalhadores brasileiros, seja no campo, seja na cidade, se coloca como fundamental para apontar possibilidades emancipatórias.

Essa ação é possível a partir dos movimentos sociais que objetivam contestar a ordem instituída, de desigualdades regidas pelo capital, que devem ser interpretados na sua dimensão de classe e na sua dinâmica territorial. Os camponeses e os *trabalhadores da terra*, inicialmente, insurgiram-se contra a dominação, através do cangaço, do messianismo, e mais tarde, organizaram-se com o intuito de questionar a estrutura macroeconômica. Essas ações pontuais foram se geografizando, possibilitando a permanência de uma *memória militante*, fundamental para a retomada das ações políticas.

Nas últimas décadas, o MST, dentre outros movimentos sociais que lutam pela terra, pela Reforma Agrária e pela permanência na terra, vem mobilizando e organizando os camponeses e os *trabalhadores da terra*, construindo coletivamente um projeto universal para o *(des)envolvimento* social. A Reforma Agrária passou a ser compreendida como condição para potencializar a luta contra o capitalismo, assim como para a construção de uma nova sociedade, se constituindo numa dimensão territorial-nacional.

As principais condições para potencializar a ação política – o enraizamento e o sentido de pertencimento – necessitam ser interpretadas a partir das relações de poder, dos interesses, da *contradição viva* que permeiam as múltiplas relações urdidas na produção/construção das tramas espaciais. Dessa forma, a análise geográfica do território surge enquanto construção da vida e das possibilidades de superação da ordem instituída, centrada na propriedade privada dos meios de produção, expressão material e imaterial das formas determinantes de controle do capital sobre o trabalho.

A conquista da terra significa a “reconquista do território”, (re)arrumado conforme as necessidades e anseios dos camponeses e dos *trabalhadores da terra*, todavia, ainda engendrado pelos mecanismos de produção e reprodução do capital. O (re)ordenamento do território diante da *(Re)Existência* do trabalho é o primeiro passo para enfrentar o estranhamento – *negar a subjetividade do capital* e se despir das amarras alienantes – e constituir sociabilidades solidárias enquanto condição para a emergência do *homem novo*, numa outra sociedade, livre e emancipada do capital.

O *território conquistado* a partir da luta pela terra, porém, pode ocasionar a noção ilusória de autonomia, pois a contradição capital x trabalho se espacializa exatamente como condição de produção/reprodução da dinâmica capitalista. Há que se ter clareza de que a liberdade, a independência e a autonomia que a ocupação de um território pode promover só serão asseguradas através do rompimento, ainda que parcial, com as imposições mercadológicas. A reprodução social dos camponeses e *trabalhadores da terra* só será efetivada nas lutas cotidianas, na construção de

estratégias de existência coletiva, para esquivar-se do controle exercido pelo capital, e na permanente caminhada rumo à unificação orgânica do trabalho.

Mesmo após intensas lutas para a *reconquista do território*, ele continua em disputa, pois as contradições permeiam as relações sociais, e aqueles que possuem os meios de produção mantêm relações hegemônicas. Por fim, há que compreender que a terra é um *patrimônio* comum e, assim, a luta pela posse da *terra de trabalho* é legítima, e condição para a existência de milhares de famílias em condições ecológicas adequadas. Isso implica na assertiva de que outro mundo não apenas é possível, como já está em construção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, ano 19, jul./dez. 2003.

ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, jul./dez. 2003.

AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de B. Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

BOMBARDI, L. M. Geografia agrária e responsabilidade social da ciência. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, jul./dez. 2003.

CÂNDIDO, A. O. **Os parceiros do Rio Bonito**. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual de Paulista, Presidente Prudente.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil** - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Contraponto, 1998.

MELLO, M. C. D. **O "boia-fria": acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1976.

MENDONÇA, M. R.; PELÁ, M. **Cerrados: perspectivas e olhares**. PELÁ, M; CASTILHO, D; (orgs.). Goiânia: Ed. Vieira, 2010.

MENDONÇA, M. R. O agronegócio nas áreas de Cerrado: Impasses, Preocupações e Tendências. 2007. In: II FORUM DE C&T NO CERRADO. **Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana de açúcar no território goiano**. Goiânia/GO, 05 de Out. de 2007. p.18-28  
MOVIMENTO dos Atingidos por Barragens. Caderno de Formação. n° 8, 1997. p. 07.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. Tradução W. C. Brant. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **The present historical transition and some basic design options for societal institutions**. Brasília: Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1998. Seminário Sociedade e Reforma do Estado, São Paulo, 26 e 29 de março de 1998.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.

\_\_\_\_\_. **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo**. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, B. de S. (Org.) A reinvenção solidária e participativa do Estado, Brasília: Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1998. Texto apresentado no seminário **Sociedade e Reforma do Estado**. São Paulo, 26 e 29 de março de 1998.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter - consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

THOMAZ JUNIOR, A. Leitura geográfica da práxis social do trabalho. **Abalar**, Santiago de Compostela, n.5, 2005.

\_\_\_\_\_. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, n.37, jan. jun., 2004.

\_\_\_\_\_. Desenho social dos sem terra no Brasil. (Uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho). **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.2, n.2, outubro de 2001. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acesso em: 24 de nov. 2003.

\_\_\_\_\_. A (Des)ordem societária e territorial do trabalho (Os limites para a unificação orgânica) In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Departamento de Geografia da FFLCH - USP, São Paulo. **Anais...** 2003a.

\_\_\_\_\_. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista Candeia**, Goiânia: IFAS, v. 4, n. 6, 2003b.

\_\_\_\_\_. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 9, v.9, n.1, jan. abr., 2003c.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia do trabalho! Reflexões preliminares. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa. Anais... jul. 2002.

\_\_\_\_\_. **Por trás dos canaviais os nós da cana.** São Paulo: Anablume/Fapesp, 1996.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. Tradução de P. H. Britto. São Paulo: Cia das Letras. 1989.